

O POVO DAS ÁGUAS

Grupos nativos da América do Sul viveram cerca de mil anos em aldeias de palafitas nas terras baixas do atual Maranhão

Ricardo Zorzetto

As terras planas e levemente onduladas do oeste do Maranhão abrigaram por quase mil anos um povo nativo da América do Sul que vivia sobre as águas. De identidade ainda desconhecida, seus integrantes construíam as moradias sobre palafitas no leito de rios ou no interior de lagos, onde podiam se fartar de tartarugas, peixes e frutos do babaçu, além de se proteger dos inimigos. Vestígios bem preservados de seus assentamentos se espalham por cerca de 40 mil quilômetros quadrados (quase a área do estado do Rio de Janeiro) nos trechos em que os rios Pindaré, Pericumã e Turiaçu, antes de desaguar no oceano, alargam-se e inundam as planícies vizinhas no período das chuvas, que vai de janeiro a junho (*ver mapa na página 42*). Os sinais que restaram desse povo, desaparecido antes da chegada dos europeus às Américas, indicam que eram hábeis ceramistas e provavelmente trocavam mercadorias e conhecimento com outros grupos da Amazônia e de regiões do Caribe. Chamadas de estearias, as aldeias de palafita do Maranhão são conhecidas há quase 150 anos, mas só recentemente voltaram a ser estudadas com atenção.

Arqueólogos que trabalham na região divergem quanto ao tamanho dos grupos que viviam nesses assentamentos e à forma de organização social adotada. Para Alexandre Guida Navarro, coordenador do Laboratório de Arqueologia da Universidade



Estacas do sítio de palafitas no lago Coqueiro, município de Olinda Nova do Maranhão, que ficaram aparentes na seca de 2012



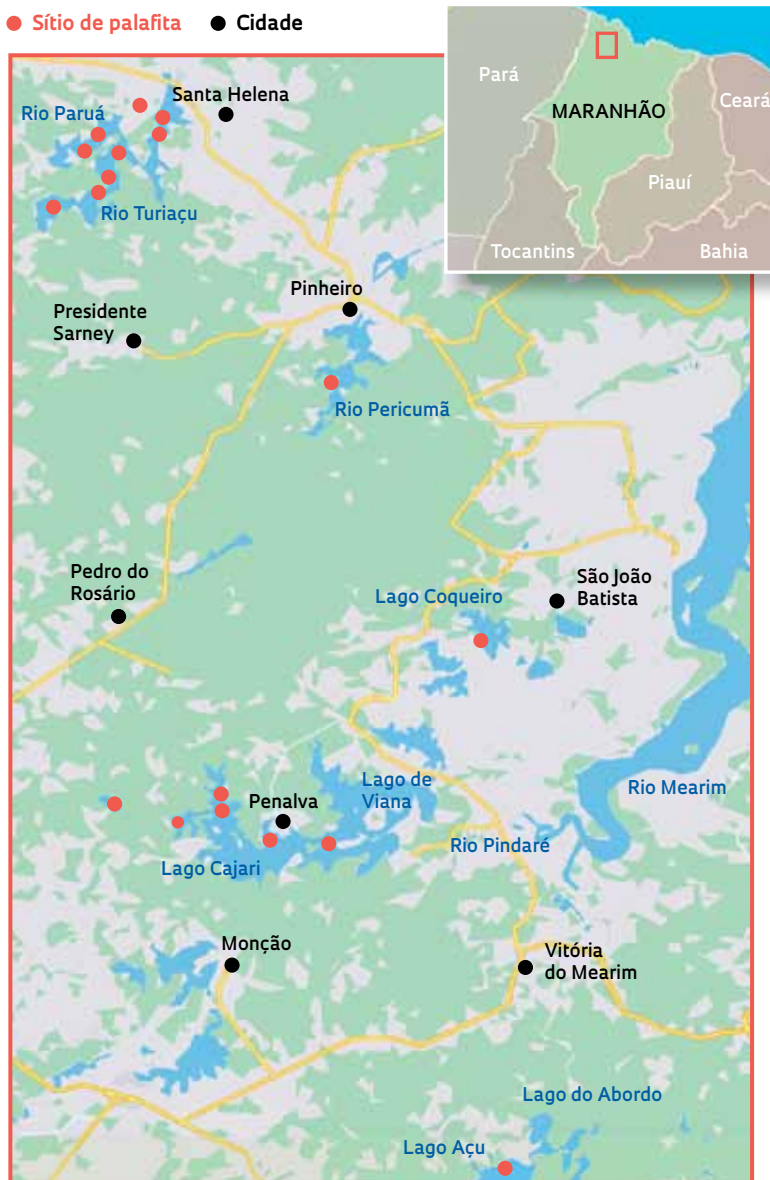
Federal do Maranhão (Larq-UFMA), as estearias maiores podem ter abrigado em seu auge milhares de pessoas sob a autoridade de um líder. Outros, como Deusdédit Carneiro Leite Filho, diretor do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão (CPHNAMA), ligado à Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, afirmam que faltam dados para saber se as estearias foram ocupadas em toda a sua extensão a um só tempo ou se seus habitantes formavam comunidades menores que, periodicamente, se deslocavam para áreas vizinhas.

Um mapeamento detalhado de quatro das quase 20 estearias da Baixada Maranhense, região de campos úmidos na borda oriental da Amazônia Legal, foi publicado em dezembro de 2018 na revista *Antiquity*. No trabalho, Navarro descreve a organização espacial e as datas prováveis de ocupação das estearias Boca do Rio, Cabeludo, Caboclo e Armíndio, situadas em um trecho do rio Turiaçu próximo ao município de Santa Helena, a 200 quilômetros (km) oeste da capital, São Luís.

De 2013 a 2017, Navarro visitou as quatro estearias na estação das secas, quando é possível

As aldeias de palafitas

Sítios arqueológicos que preservam estacas e cerâmicas de até 2 mil anos se distribuem por uma área de 40 mil quilômetros quadrados no oeste do Maranhão



FONTES NAVARRO, A. G. ANTIQUITY, 2018. / LEITE FILHO, D. C. ARQUIVOS DO MHNJB DA UFMG, 2016

caminhar nos lagos e no leito do rio com água pela canela. Com o auxílio de GPS e de uma estação total (aparelho que mede ângulos e distâncias), Navarro registrou a distribuição dos esteios sobre os quais devem ter sido erguidas as moradias. Também marcou a posição exata em que coletou cerca de 8.500 fragmentos de cerâmica, além de objetos de pedra e madeira, nos quatro locais.

Vários povos vivem hoje em palafitas na África, na Ásia e em alguns pontos das Américas, mas, na pré-história, essa forma de habitação era rara fora da Europa. “No Brasil, a Baixada Maranhense é a única região em que atualmen-

te se conhecem vestígios arqueológicos desse tipo de construção”, afirma Navarro. “Apesar de as estearias serem conhecidas há muito tempo, ainda se sabe pouco sobre a cultura do povo que viveu ali”, diz Leite Filho.

CACICADOS OU SIMPLES ALDEIAS?

Na região do rio Turiaçu, os sítios que mais despertaram interesse foram os dois maiores e de estrutura mais complexa: Cabeludo e Boca do Rio. No primeiro, Navarro identificou 1.150 estacas distribuídas por uma área de 7,4 mil metros quadrados (m^2) – um pouco menor que o quarteirão de uma cidade atual – no leito do rio Paruá, um tributário do Turiaçu. Uma proporção grande dos esteios se reunia em um núcleo maior e de formato retangular, com 15 metros (m) de largura por 55 m de comprimento, que possivelmente se conectava com pontes a sete agrupamentos menores. Cerca de 10 km ao sul dali, as 1.071 estacas do sítio Boca do Rio ocupavam uma área de 6 mil m^2 no canal do Turiaçu, onde um núcleo maior de esteios está cercado por quatro agrupamentos menores. Na fundação das palafitas, usavam-se madeiras resistentes como o ipê, identificado pela engenheira florestal Thaís Gonçalves durante estágio de pós-doutoramento na UFMA sob a supervisão de Navarro. A datação das estacas sugere que os dois assentamentos teriam sido contemporâneos e já existiriam bem antes da colonização europeia.

“Nesses dois sítios, os esteios não eram colocados de modo aleatório”, interpreta Navarro. “Eles estão dispostos de modo a formar aldeias que só poderiam ser construídas por um número grande de pessoas coletando troncos longos de árvores sob o comando de um chefe”, estima.

Com um número bem menor de estacas (entre 140 e 160), os sítios Armíndio e Caboclo têm uma organização mais simples, sem um núcleo principal evidente. Essas duas estearias se assemelham mais às aldeias de palafitas ocupadas desde antes da era dos descobrimentos marítimos pelo povo da etnia Warao na Guiana, no Suriname e na Venezuela. São formadas por um conjunto pequeno de casas menores e simples. “Onde hoje é o Brasil havia uma diversidade grande de etnias antes da colonização e as estearias do Maranhão são mais um exemplo de que diferentes formas de ocupação do território coexistiram”, comenta o arqueólogo Pedro Paulo Funari, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Navarro interpreta os núcleos maiores das estearias Boca do Rio e Cabeludo como tendo a função de praças, espaço de convívio coletivo em que os moradores realizavam cerimônias e comemorações. Distantes das praças, ficariam as malocas, construções menores e mais simples que serviam de moradia.



Machado com lâmina de pedra e cabo de madeira, encontrado no sítio Cabeludo, e muiraquitã de jade recuperado no sítio Boca do Rio



A distribuição da cerâmica nos aldeamentos maiores reforça essa visão. As peças mais elaboradas – estatuetas e objetos com apliques, incisões e, às vezes, pinturas em preto, branco e vermelho – costumam se acumular no que corresponderia às praças. Também ali se encontram figuras de cerâmica com forma de animais (corujas, macacos, tartarugas e sapos) e estatuetas femininas, algumas com genitais e seios aparentes. Muitas das figuras humanas tinham a cabeça arrancada, o que, para Navarro, indicaria rituais de terminação. “Com a quebra da cabeça das estatuetas, forma comum desse ritual, a vida do objeto se encerrava assim como a cerimônia da qual fizera parte”, explica o arqueólogo, cujo trabalho é financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema). Já nos grupamentos menores, as peças eram mais simples, possivelmente usadas para armazenar e preparar alimentos.

“As culturas dos lagos estudados agora mostram tanto ligações como distinções com outras culturas amazônicas”, contou a arqueóloga norte-americana Anna Roosevelt, professora de antropologia na Universidade de Illinois, Estados Unidos, por e-mail à *Pesquisa FAPESP*. “Alguns desses grupos parecem ter desenvolvido culturas regionais coerentes com evidências de complexidade.” Para a antropologia, a complexidade de uma sociedade aumenta à medida que cresce o número de seus integrantes e surgem formas mais hierarquizadas de poder.

Bisneta do presidente norte-americano Theodore Roosevelt (1858-1919), Anna Roosevelt rea-

lizou expedições na Amazônia brasileira nas décadas de 1980 e 1990 e identificou uma das ocupações mais antigas dali: a caverna da Pedra Pintada, no Pará, onde povos nativos das Américas teriam vivido há 11 mil anos. Estudando os assentamentos e a cerâmica rebuscada e policromada (pintada de vermelho, branco e preto) da Ilha de Marajó, ela propôs que a Amazônia poderia ter abrigado grandes grupamentos humanos de complexidade intermediária, os cacicados, nos quais milhares de pessoas viveriam sob a influência de um chefe indígena. Com essa proposta, ela se contrapôs à ideia prevalente até então, lançada por outra arqueóloga norte-americana, Betty Meggers (1921-2012), para quem a Amazônia teria sido um grande vazio demográfico e culturalmente pobre (ver *Pesquisa FAPESP n° 136*).

As datações apresentadas no artigo da *Antiquity* sugerem que as estearias do rio Turiaçu foram ocupadas entre os anos 770 e 1.100 depois de Cristo (d.C.), próximo ao auge da cultura marajoara, que teria surgido por volta do ano 400 d.C. Navarro relata, porém, que datações de esteiros, cerâmicas e carvões mais recentes e ainda não publicadas recuam a origem desses assentamentos para o primeiro século da era Cristã.

“A bela cerâmica da bacia do Turiaçu mostra claras semelhanças com a de Marajó”, afirma Anna Roosevelt, que em janeiro e dezembro de 2018 visitou as estearias do rio Turiaçu com Navarro. “Como sabemos muito pouco sobre as fases iniciais da cultura policroma de Marajó, é possível que esse tipo de pintura tenha surgido no Maranhão antes de chegar ao Pará”, sugere a arqueóloga.

Além de produzir cerâmicas elaboradas e variadas – foram identificados 74 tipos de vasilhas



Adorno cerâmico em forma de cabeça de morcego (acima) e vasilha com desenhos que lembram os da carapaça de uma tartaruga

nos sítios do rio Turiaçu –, o povo das estearias maranhenses possivelmente integrava uma rede de interação cultural e de troca de materiais com grupos de áreas distantes. Uma evidência dessas interações é um muiraquitã de jade recuperado em 2014 no núcleo central do sítio Boca do Rio. Achado entre fragmentos de cerâmica e objetos de pedra, como lâminas de machado, o amuleto verde em forma de rã foi esculpido em nefrita, um tipo de jade encontrado na Costa Rica, segundo artigo publicado por Navarro e colaboradores em 2017 no *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Símbolo de poder ou objeto mágico e curativo, o muiraquitã da Boca do Rio tem olhos que lembram os dos seres humanos e uma espécie de coroa bipartida ou antenas na cabeça. Essas feições, segundo Navarro, são incomuns na Amazônia e características de amuletos da cultura Nicoya, da Costa Rica, e de outros povos do Caribe.

O muiraquitã da Boca do Rio não é o primeiro encontrado nas palafitas do Maranhão. Quase um século antes, o geógrafo maranhense Raimundo Lopes (1894-1941) havia se deparado com três outros exemplares nos sítios arqueológicos dos lagos próximos ao município de Penalva, cerca de 110 km ao sul das estearias de Santa Helena. Nascido em Viana, cidade próxima a Penalva, Lopes sabia da existência das estearias desde a adolescência. Em 1872 o engenheiro Antônio Bernardino Pereira do Lago, encarregado de fazer a carta topográfica do Maranhão, havia identificado sinais de uma delas próximo a Viana, em uma parte seca do lago Cajari. Lopes só se convenceu da importância das estearias quando a seca de 1919 expôs novamente as estacas do lago Cajari. No mesmo ano, ele mediu a estearia Cacaria, em Penalva, e passou a coletar material arqueológico, depositado mais tarde no Museu Nacional do Rio de Janeiro – e possivelmente perdido no incên-

A cerâmica das estearias apresenta padrão decorativo e técnica de aplicação de tinta originais

dio de 2018. Os muiraquitãs de Penalva teriam levado Lopes a propor, já na época, que o povo das palafitas teria conexões com a comunidade marajoara e povos da região do Caribe.

VISÕES DIVERGENTES

Nos anos 1970, arqueólogos do Museu Goeldi chefiados por Mário Simões (1914-1985) visitaram as estearias do lago Cajari para resolver “as controvérsias sobre a origem e antiguidade dos remanescentes culturais encontrados por Raimundo Lopes, em 1919”, como relatou o pesquisador em 1981 na *Acta Amazonica*. A equipe do Goeldi coletou fragmentos de cerâmica, artefatos líticos e pedaços de carvão. Uma única datação indicou que o material seria aproximadamente do ano 570. Na conclusão, Simões e seu grupo afirmaram que, embora a cultura Cajari fosse contemporânea a algumas da Ilha de Marajó, não haveria ligação entre elas, diferentemente do que dizem hoje Navarro e Roosevelt.

Outro estudioso que não enxerga tantas afinidades entre a cerâmica marajoara e a do antigo povo das palafitas é o arqueólogo Deusdedit Leite Filho. Nascido na Baixada Maranhense, ele estuda há quase 20 anos as estearias dos rios Pindaré, Pericumã e Turiaçu. Do que viu até agora, conclui que a cerâmica de lá tem características muito próprias, algo semelhante ao que pensava Simões.

Imagem aérea mostra fileiras de estacas da estearia Casca de Coco, no lago Coqueiro

Também o arqueólogo francês André Prous, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e um dos maiores especialistas em pré-história no Brasil, enxerga nessa cerâmica padrões decorativos e técnicas de aplicação de tinta originais, ainda que parte das peças pareça ter influência da cultura tupi-guarani.

“Há uma variedade grande de tipologia, formas, cores e desenhos. Algumas têm uma parte em forma de cabeça de peixe cuja boca permite a passagem de líquido”, conta Leite Filho. “Os ceramistas das estearias eram artesãos hábeis, mas não tinham o apuro estético das cerâmicas de Santarém”, observa.

Além de opiniões divergentes das de Navarro sobre a cerâmica, Leite também tem uma visão distinta sobre a organização e ocupação dos sítios. Na seca intensa ocorrida entre 2012 e 2013, ele mapeou o sítio Casca de Coco, no lago Coqueiro, entre os municípios de Olinda Nova do Maranhão e São João Batista. As quase 8 mil estacas expostas seguiam um padrão de distribuição diferente do encontrado nas estearias do rio Turiaçu, ao norte. No sítio Casca de Coco as estacas estão ordenadas em fileiras quase paralelas que serpenteiam suavemente. Em um artigo publicado em 2016 nos *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG*, ele afirma que a concentração dos esteios permite projetar casas que teriam 50 m de comprimento por 8 m de largura, possivelmente de uso comum, como ocorre em outras regiões da Amazônia.

Na opinião de Leite Filho, ainda não é possível chegar a conclusões de como vivia o povo das palafitas. “Há pouco material datado e os objetos coletados no leito dos rios e das lagoas podem ter sido deslocados pela movimentação de búfalos que existem na região”, conta. Ele diz ainda que o fato de os sítios se distribuírem por um vasto território não significa que todo ele tenha sido ocupado a um só tempo, formando cacicados. Navarro discorda. “Os cacicados não se caracterizavam pela ocupação de uma só vez dos sítios”, explica, “mas por uma forma de governo em que o líder exercia certo controle político sobre as aldeias de uma ampla região”. ■

Artigos científicos

NAVARRO, A. G. New evidence for late first-millennium AD stilt-house settlements in Eastern Amazonia. *Antiquity*. v. 92, n. 366, p. 1586-603. 11 dez. 2018.

LEITE FILHO, D. C. Arqueologia dos ambientes lacustres: Cultura material, dinâmica sociocultural e sistema construtivo nas estearias da Baixada Maranhense. *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG*. v. 25, n. 1, p. 54-99. 2016.

NAVARRO, A. G. et al. O muiraquitã da estearia da Boca do Rio, Santa Helena, Maranhão: Estudo arqueológico, mineralógico e simbólico. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas*. v. 12, n. 3, p. 869-94. set.-dez. 2017.

